

Aula 11

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Thaís de Cássia Rumstain

30 de Junho de 2025

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO; DA CONTESTAÇÃO; DA RECONVENÇÃO; DA REVELIA.

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto?	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
Questões estratégicas.....	9
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	15
Perguntas.....	15
Perguntas com respostas.....	16
Lista de Questões Estratégicas	19
Gabarito.....	22

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

	Tópico	% de cobrança Instituto AACP
Do Procedimento Comum	Da Petição Inicial (arts. 319 a 331)	16,67%
	Da Improcedência Liminar do Pedido (art. 332)	16,67%
	Da Audiência de Conciliação ou de Mediação (art. 334)	16,67%
	Da Contestação (arts. 335 a 342)	16,67%
	Da Reconvenção (art. 343)	16,67%
	Da Revelia (arts. 344 a 346)	16,67%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

O Relatório de hoje é aquele que no nosso dia-a-dia nós paramos e pensamos: Poxa, isso que eu estou fazendo, eu lembro de ter estudado... Tem aplicação prática muito grande e isso é bom!

Sei que se você já está no Passo, provavelmente, você já estudou a matéria antes, contudo, independentemente do material que você tenha utilizado, é imprescindível a leitura dos artigos 319 ao 345 do Código de Processo Civil.

Faça a leitura dos dispositivos e depois siga com a leitura do material.

- O primeiro ponto a se destacar é que a **ação se considera proposta** quando a petição inicial for protocolada.
- Se a petição inicial estiver correta, o juiz a aceitará, contudo, **em determinadas situações**, ela pode ser **liminarmente improcedente** como já estudado. Mas vamos relembrar as hipóteses de julgamento liminar, **quando contrariar**:

Súmula do STF ou do STJ

Acórdão do STF ou do STJ em recurso repetitivo

Entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência

Enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local

Quando ocorrer a decadência ou a prescrição



- Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com **antecedência mínima de 30 dias**, devendo ser citado o réu **com pelo menos 20 dias de antecedência**, sendo possível haver mais de uma sessão de conciliação ou de mediação não podendo exceder a 2 meses da data de realização da primeira sessão.
- A **audiência de conciliação** não será realizada se as partes não tiverem interesse ou quando não se admitir a autocomposição, sendo que havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
- O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado **ato atentatório à dignidade da justiça** e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
- Quando o autor ingressa com uma ação, a outra parte, o réu, é citado para se defender e **sua resposta se dará por meio da contestação**, que deve ser apresentada no prazo de 15 dias. Na contestação, o réu deve alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- A contestação é baseada no **princípio da concentração e da eventualidade**, já que é nela que todo o contraditório e a ampla defesa devem ser exercidos, devem se concentrar.



Apenas em 03 situações o réu poderá apresentar novas alegações!

- 1) quando houver direito ou fato superveniente.
 - 2) quando competir ao juiz conhecer alguma matéria de ofício.
 - 3) quando por expressa autorização legal, puder ser formulada alegação em qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- Quanto aos prazos, necessário memorizar o **momento em que se dará o início da contagem**.
 - ⇒ I - Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.



⇒ II - Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes expressamente manifestarem o desinteresse na conciliação. No caso de litisconsórcio passivo, o termo inicial será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. Havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência.

⇒ III – A depender do modo em que a citação foi feita.

▪ Vamos lembrar **do art.231** que trata da citação?

Art. 231. *Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:*

I - A data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

II - A data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;

III - A data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria;

IV - O dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital;

V - O dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica;

*VI - A data de juntada do comunicado de que trata o **art. 232** ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida, quando a citação ou a intimação se realizar em cumprimento de carta;*

VII - A data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico;

*VIII - O dia da carga, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria. **no art. 231**, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.*

▪ Então, o réu apresenta sua contestação, mas antes de adentrar no mérito de sua defesa, ele deve arguir as questões processuais, denominadas de preliminares.

E o que pode ser alegado nas preliminares?



1) inexistência ou nulidade da citação – a citação é pressuposta de validade do processo. É por meio dela que o processo se forma e sem citação, não existe relação processual válida.

2) incompetência absoluta e relativa - havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.

A contestação será submetida a livre distribuição ou, se o réu houver sido citado por meio de carta precatória, juntada aos autos dessa carta, seguindo-se a sua imediata remessa para o juízo da causa e reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação ou a carta precatória será considerado preventivo.

3) incorreção do valor da causa;

4) inépcia da petição inicial.

5) perempção – a perempção ocorre quando por 3 vezes, o autor tiver paralisado o processo por não ter cumprido suas obrigações processuais, por isso, ela é considerada pressuposto processual negativo.

6) litispendência - verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

7) coisa julgada - há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

8) conexão – conexão ocorre quando duas ações tiverem o mesmo pedido ou causa de pedir.

9) incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização – essas três situações são pressupostas de validade negativas da ação e se o réu tiver razão, haverá sentença sem resolução do mérito.

10) convenção de arbitragem – a convenção de arbitragem é um gênero que compreende a cláusula compromissória e o compromisso arbitral. Se o réu não alegar a existência de convenção de arbitragem, o processo tem seguimento normal. Caso a convenção de arbitragem seja aceita, o processo será extinto sem resolução do mérito.

- A cláusula compromissória ocorre antes do litígio.
- O compromisso arbitral ocorre após a instauração do litígio.

11) ausência de legitimidade ou de interesse processual – acolhida a ausência de legitimidade ou de interesse processual, o processo será extinto sem a resolução de mérito.



Art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.

Parágrafo único. Realizada a substituição, o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8o.

Art. 339. Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

§ 1o O autor, ao aceitar a indicação, procederá, no prazo de 15 (quinze) dias, à alteração da petição inicial para a substituição do réu, observando-se, ainda, o parágrafo único do art. 338.

§ 2o No prazo de 15 (quinze) dias, o autor pode optar por alterar a petição inicial para incluir, como litisconsorte passivo, o sujeito indicado pelo réu.

12) falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar - acolhida a alegação, também haverá sentença sem resolução de mérito.

13) indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça - acolhida a alegação, caso o autor não recolha as custas devidas, também haverá sentença sem resolução de mérito.

- Por fim, fiquem de olho no **art. 341 do CPC**. Ele é bem importante, pois traz o princípio do ônus da impugnação específica, em que o réu deve alegar tudo, exercendo todo o seu contraditório, sob pena de os fatos serem considerados verdadeiros.

Cuidado! Este artigo não se aplica ao Defensor Público, ao Advogado Dativo e ao Curador Especial.

Art. 341. Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:

I - Não for admissível, a seu respeito, a confissão;

II - A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato;

III - Estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.



RECONVENÇÃO

- A **reconvenção** é, ao lado da contestação, uma resposta do réu.
- Juntamente com a contestação, o réu pode propor a reconvenção, que nada mais é do que um **contra-ataque ao autor da ação**.
- Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 dias.
- **Importante:** A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção, isso é, mesmo que o autor desista da ação, a reconvenção pode ter continuidade normal. Além disso, é importante saber que é possível que o réu não apresente contestação, mas apresente a reconvenção, situação em que o réu será considerado revel.
- Quando à **revelia** ocorre, os **fatos alegados pelo autor serão considerados verdadeiros**.
- Os fatos **não serão considerados verdadeiros** quando:
 - ⇒ I - Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.
 - ⇒ II - O litígio versar sobre direitos indisponíveis.
 - ⇒ III - A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
 - ⇒ IV - As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.
- O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro e que ela pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

PEDIDOS

- Não podemos falar de petição inicial e deixar de fora esse assunto. Sobre o pedido, é necessário delimitar a existência do pedido mediato e do pedido imediato.
 - O **pedido mediato** é o bem da vida pretendido, por isso, chamado de pedido objetivo.
 - O **pedido imediato** é a providência jurisdicional, isso é, ele é o meio necessário para que o juiz declare um direito, constitua um direito ou condene alguém.



- Como escreve Mouzalas, Rinaldo et al, “juntamente com as partes e a causa de pedir, o pedido é elemento que constitui e identifica a ação, e por isso, serve à verificação da ocorrência de conexão e continência, de litispendência e coisa julgada. Relaciona-se, assim, o pedido como fatores modificativos de competência e com pressupostos processuais negativos. E mais. Na maior parte das vezes, o pedido é utilizado como parâmetro para a fixação do valor da causa que é requisito da petição inicial”.
- Sobre o pedido, a regra é que ele deve ser certo.

Pedido certo é o pedido expresso.

- Contudo, é possível que algumas coisas estejam implícitas no pedido, isso é, **consideram-se incluídos ainda que não haja pedido expresso:**
 - 1) Juros legais
 - 2) Correção monetária
 - 3) Verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios
 - 4) Prestações sucessivas
- A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.
- Além do pedido expresso, do pedido implícito, **há também o pedido genérico**. Ocorre pedido genérico, inclusive quando se tratar de reconvenção, quando:
 - 1) nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados.
 - 2) quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
 - 3) quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.
- O pedido ainda pode ser alternativo, subsidiário e cumulativo. Vejamos o que dispõe o Código de Processo Civil:

Alternativo

Art. 325. O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

Parágrafo único. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo.



Subsidiário	<p>Art. 326. É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.</p> <p>Parágrafo único. É lícito formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.</p>
Cumulativo	<p>Art. 327. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.</p> <p>§ 1º São requisitos de admissibilidade da cumulação que:</p> <p>I - Os pedidos sejam compatíveis entre si;</p> <p>II - Seja competente para conhecer deles o mesmo juízo;</p> <p>III - Seja adequado para todos os pedidos o tipo de procedimento.</p> <p>§ 2º Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.</p>

Será que o autor pode alterar o pedido?

Até a citação	Até o saneamento do processo
- Não precisa de consentimento do réu.	- É necessário o consentimento do réu. - Assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(Instituto AOCP/2022/TRT 19ª Região/Analista Judiciário) A respeito da petição inicial, com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.



- A) O autor poderá, até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- B) O autor, na reconvenção e na respectiva causa de pedir, poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- C) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de dez dias, retratar-se.
- D) Não será lícita a cumulação de vários pedidos, em um único processo, contra o mesmo réu, se não houver conexão entre eles.
- E) O fato de os pedidos serem compatíveis entre si não constitui um requisito de admissibilidade da cumulação.

Comentários

Letra A – **Errada**. Diversamente ao alegado, o autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.

Até o saneamento do processo, dependerá do consentimento do réu.

Veja o que diz o CPC/15 sobre o tema:

Art. 329. O autor poderá:

I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;

II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

Letra B – **Certa**. Segundo previsto no art. 329, I, parágrafo único, do NCPC:

Art. 329. O autor poderá:

I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.

Letra C – **Errada**. O prazo é de 5 dias no presente caso, veja:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

Letra D – **Errada**. Contrário ao que prescreve o art. 327 do CPC/15:

Art. 327. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.



Letra E – **Errada**. O fato de os pedidos serem compatíveis entre si constitui um requisito de admissibilidade da cumulação. Observe:

Art. 327. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

§ 1º São requisitos de admissibilidade da cumulação que:

I - os pedidos sejam compatíveis entre si;

Gabarito: Letra B.

2.(INSTITUTO AOCP/2021/MPE RS/Técnico do Ministério Público) Assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil.

A) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, exceto quanto à atividade satisfativa.

B) O Ministério Público será intimado para, no prazo de quinze dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei.

C) A participação da Fazenda Pública configura hipótese de intervenção do Ministério Público.

D) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de quinze dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

E) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.

Comentários

Está correta a letra E. Trata-se de ordem do art. 331 do CPC/15:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

Gabarito: Letra E.

3.(INSTITUTO AOCP/2022/Prefeitura de Novo Hamburgo RS/Procurador) A Cláudia, procuradora municipal de Novo Hamburgo-RS, foi atribuída ação indenizatória promovida por contribuinte local que pediu reparação após sofrer acidente de trânsito em virtude da precariedade asfáltica da via pública. Citada para contestar a ação, a Fazenda Pública teve prazo decorrido no sistema eletrônico judicial após o transcurso de 15 (quinze) dias úteis. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

A) O decurso foi feito de maneira equivocada, uma vez que a Fazenda Pública tem por lei 30 dias úteis (prazo em dobro) para contestar a ação.



- B) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando vedado à parte provar que não o realizou por justa causa ou por erro no sistema.
- C) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira tácita.
- D) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- E) Considera-se dia do começo do prazo a data do recebimento do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio.

Comentários

A alternativa A está certa. Conforme exposto, o decurso foi feito de maneira equivocada, uma vez que a Fazenda Pública tem por lei 30 dias úteis (prazo em dobro) para contestar a ação.

Prescrição do art. 183 do NCPC:

Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

Gabarito: Letra A.

4.(INSTITUTO AOCP/2022/DPE PR/Defensor Público) Jair, assistido pela Defensoria Pública, propôs ação em face de Sérgio, ao argumento de que este não teria cumprido sua obrigação (entrega de uma motocicleta) em contrato de compra e venda de veículo automotor. O demandado, devidamente citado, apresentou contestação, por meio da qual alegou, dentre outras teses, que não o fez porque Jair não depositou o valor da transferência do bem, conforme ambos haviam combinado, fato que o autor afirma não existir. A Defensoria Pública que atua no processo, então, foi intimada para, querendo, apresentar impugnação à contestação.

Com base nessa situação hipotética, a fim de assegurar o direito da parte assistida,

- A) o(a) Defensor(a) Público(a) deve se manifestar expressamente a respeito da tese alegada na contestação, sob pena de serem consideradas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte demandada (revelia inversa), já que o fato novo apresentado pelo réu na sua defesa e não impugnado pela parte autora, por si só, torna a questão fática incontroversa, o que deve atrair a aplicação, no que couber, do art. 344, CPC.
- B) o(a) Defensor(a) Público(a) deve se manifestar expressamente a respeito da tese alegada na peça de defesa, sob pena de serem consideradas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte demandada (revelia inversa), já que o fato novo apresentado pelo réu na contestação, por si só, será considerado como pedido reconventional e, não sendo impugnado pela parte autora, torna a questão fática incontroversa, conforme art. 344, CPC.



C) é recomendável que o(a) Defensor(a) Público(a) apresente impugnação à Contestação, embora não seja necessário, já que a simples ausência de impugnação à contestação, por si só, não implica em confissão, visto que a lei não impõe ao autor o ônus de se manifestar, nem grava qualquer consequência para a omissão.

D) o(a) Defensor(a) Público(a) deve devolver o processo sem manifestação, visto que a questão apresentada pela parte ré, no caso apresentado, não configura fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do(a) autor(a).

E) é recomendável que o(a) Defensor(a) Público(a) apresente impugnação à Contestação, embora não seja necessário, visto que o Magistrado(a), com base no princípio do devido processo legal substancial, pode aplicar os efeitos da revelia (revelia inversa) a depender do caso concreto.

Comentários

C) **Certo.** A impugnação à contestação não é obrigatória. Não há previsão legal quanto a essa obrigatoriedade.

Assim, o que se extrai do art. 347 e seguintes do CPC/15, é que findo o prazo para contestação e impugnação a esta, em regra o juiz seguirá normalmente com o processo.

Art. 347. Findo o prazo para a contestação, o juiz tomará, conforme o caso, as providências preliminares constantes das seções deste Capítulo.

Gabarito: Letra C.

5.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Procurador) De acordo com o Código de Processo Civil, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria. Em relação ao instituto da reconvenção, assinale a alternativa correta.

A) Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.

B) A desistência da ação não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

C) A reconvenção deve ser proposta contra o autor, não podendo ser proposta contra terceiro.

D) A reconvenção deve ser proposta, necessariamente, na contestação.

E) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

Comentários

Letra A – **Errada.** Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 343, § 1º, do CPC/15:

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
§ 1º Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.



Letra B – **Certa**. Em harmonia com o disposto no art. 343, § 2º, do NCPC:

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
§ 2º A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

Letra C – **Errada**. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro. Veja:

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
§ 3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.

Letra D – **Errada**. O § 6º do art. 343 do CPC/15 determina que o réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
§ 6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Letra E – **Errada**. Permissão exposta no art. 343, § 4º, do NCPC:

Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
§ 4º A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

Gabarito: Letra B.

6.(Instituto AOCP/2024/Câmara de Cariacica/Analista Legislativo) Em relação à revelia e a seus efeitos no processo civil, é correto afirmar que

- A) ocorrendo a revelia, o revel não poderá intervir no processo.
- B) se verificam os efeitos da revelia ainda que as alegações da parte autora estejam em contradição com as provas constantes dos autos.
- C) os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
- D) não se produzirão os efeitos da revelia se o litígio versar sobre direitos disponíveis.
- E) ocorrem os efeitos da revelia quando houver pluralidade de réus e apenas um deles contestar a ação.

Comentários



Letra A – **Errada**. Diferentemente ao alegado, o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar. Veja o que aduz o art. 346, parágrafo único, do CPC/15:

Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Letra B – **Errada**. Em dissonância com o que diz o art. 345, IV, do NCPC:

Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:

IV - as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

Letra C – **Certa**. Estabelecimento do art. 346 do CPC/15:

Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

Letra D – **Errada**. Não se produzirão os efeitos da revelia se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.

Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:

II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;

Letra E – **Errada**. Não ocorrem os efeitos da revelia quando houver pluralidade de réus e apenas um deles contestar a ação. É o que se infere do art. 345, I, do NCPC:

Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se:

I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;

Gabarito: Letra C.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Quando a ação se considera proposta?

2. Quando haverá improcedência liminar do pedido?



3. O que é a contestação?

4. O que pode ser arguido em preliminares de contestação?

5. O que é o princípio do ônus da impugnação específica?

6. É possível após a contestação deduzir novas alegações?

7. O que é reconvenção?

8. O que é revelia e quais seus efeitos?

Perguntas com respostas

1. Quando a ação se considera proposta?

Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz, quanto ao réu, os efeitos da citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, da litispendência, da litigiosidade da coisa e a mora do devedor, depois que for validamente citado.

2. Quando haverá improcedência liminar do pedido?

Nas hipóteses previstas no artigo 332:

Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

I - Enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - Entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;



IV - Enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

§ 1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

3. O que é a contestação?

É uma das formas de resposta do réu, em que este deve apresentar todo o seu contraditório e ampla defesa, sob pena de revelia.

4. O que pode ser arguido em preliminares de contestação?

No artigo 337 encontramos as matérias que deverão ser arguidas em preliminar, ou seja, antes do réu discutir o mérito da ação:

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

I - Inexistência ou nulidade da citação;

II - Incompetência absoluta e relativa;

III - incorreção do valor da causa;

IV - Inépcia da petição inicial;

V - Perempção;

VI - Litispendência;

VII - Coisa julgada;

VIII - Conexão;

IX - Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização;

X - Convenção de arbitragem;

XI - Ausência de legitimidade ou de interesse processual;

XII - Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar;

XIII - Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça.

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.

§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.



§ 4º Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

§ 5º Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo.

§ 6º A ausência de alegação da existência de convenção de arbitragem, na forma prevista neste Capítulo, implica aceitação da jurisdição estatal e renúncia ao juízo arbitral.

5. O que é o princípio do ônus da impugnação específica?

Ele está previsto no **art.341**, vamos ver?

Art. 341. *Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:*

I - Não for admissível, a seu respeito, a confissão;

II - A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considerar da substância do ato;

III - Estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.

Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

6. É possível após a contestação deduzir novas alegações?

Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando:

- I - Relativas a direito ou a fato superveniente;
- II - Competir ao juiz conhecer delas de ofício;
- III - Por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.

7. O que é reconvenção?

A reconvenção é uma forma de resposta do réu, é como se fosse um contra-ataque ao autor da ação. É como se o réu propusesse uma ação contra o autor que lhe move a ação.



8. O que é revelia e quais seus efeitos?

Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

A revelia não produz o efeito mencionado:

- I - Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;
- II - O litígio versar sobre direitos indisponíveis;
- III - A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;
- IV - As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(Instituto AOCP/2022/TRT 19ª Região/Analista Judiciário) A respeito da petição inicial, com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O autor poderá, até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- B) O autor, na reconvenção e na respectiva causa de pedir, poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- C) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de dez dias, retratar-se.
- D) Não será lícita a cumulação de vários pedidos, em um único processo, contra o mesmo réu, se não houver conexão entre eles.
- E) O fato de os pedidos serem compatíveis entre si não constitui um requisito de admissibilidade da cumulação.

2.(INSTITUTO AOCP/2021/MPE RS/Técnico do Ministério Público) Assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil.

- A) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, exceto quanto à atividade satisfativa.
- B) O Ministério Público será intimado para, no prazo de quinze dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei.
- C) A participação da Fazenda Pública configura hipótese de intervenção do Ministério Público.



D) No chamamento ao processo, a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de quinze dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

E) Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se.

3.(INSTITUTO AOCP/2022/Prefeitura de Novo Hamburgo RS/Procurador) A Cláudia, procuradora municipal de Novo Hamburgo-RS, foi atribuída ação indenizatória promovida por contribuinte local que pediu reparação após sofrer acidente de trânsito em virtude da precariedade asfáltica da via pública. Citada para contestar a ação, a Fazenda Pública teve prazo decorrido no sistema eletrônico judicial após o transcurso de 15 (quinze) dias úteis. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

A) O decurso foi feito de maneira equivocada, uma vez que a Fazenda Pública tem por lei 30 dias úteis (prazo em dobro) para contestar a ação.

B) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando vedado à parte provar que não o realizou por justa causa ou por erro no sistema.

C) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira tácita.

D) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

E) Considera-se dia do começo do prazo a data do recebimento do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio.

4.(INSTITUTO AOCP/2022/DPE PR/Defensor Público) Jair, assistido pela Defensoria Pública, propôs ação em face de Sérgio, ao argumento de que este não teria cumprido sua obrigação (entrega de uma motocicleta) em contrato de compra e venda de veículo automotor. O demandado, devidamente citado, apresentou contestação, por meio da qual alegou, dentre outras teses, que não o fez porque Jair não depositou o valor da transferência do bem, conforme ambos haviam combinado, fato que o autor afirma não existir. A Defensoria Pública que atua no processo, então, foi intimada para, querendo, apresentar impugnação à contestação.

Com base nessa situação hipotética, a fim de assegurar o direito da parte assistida,

A) o(a) Defensor(a) Público(a) deve se manifestar expressamente a respeito da tese alegada na contestação, sob pena de serem consideradas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte demandada (revelia inversa), já que o fato novo apresentado pelo réu na sua defesa e não impugnado pela parte autora, por si só, torna a questão fática incontroversa, o que deve atrair a aplicação, no que couber, do art. 344, CPC.



B) o(a) Defensor(a) Público(a) deve se manifestar expressamente a respeito da tese alegada na peça de defesa, sob pena de serem consideradas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte demandada (revelia inversa), já que o fato novo apresentado pelo réu na contestação, por si só, será considerado como pedido reconvenicional e, não sendo impugnado pela parte autora, torna a questão fática incontroversa, conforme art. 344, CPC.

C) é recomendável que o(a) Defensor(a) Público(a) apresente impugnação à Contestação, embora não seja necessário, já que a simples ausência de impugnação à contestação, por si só, não implica em confissão, visto que a lei não impõe ao autor o ônus de se manifestar, nem grava qualquer consequência para a omissão.

D) o(a) Defensor(a) Público(a) deve devolver o processo sem manifestação, visto que a questão apresentada pela parte ré, no caso apresentado, não configura fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do(a) autor(a).

E) é recomendável que o(a) Defensor(a) Público(a) apresente impugnação à Contestação, embora não seja necessário, visto que o Magistrado(a), com base no princípio do devido processo legal substancial, pode aplicar os efeitos da revelia (revelia inversa) a depender do caso concreto.

5.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Procurador) De acordo com o Código de Processo Civil, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria. Em relação ao instituto da reconvenção, assinale a alternativa correta.

A) Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.

B) A desistência da ação não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

C) A reconvenção deve ser proposta contra o autor, não podendo ser proposta contra terceiro.

D) A reconvenção deve ser proposta, necessariamente, na contestação.

E) A reconvenção não pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.

6.(Instituto AOCP/2024/Câmara de Cariacica/Analista Legislativo) Em relação à revelia e a seus efeitos no processo civil, é correto afirmar que

A) ocorrendo a revelia, o revel não poderá intervir no processo.

B) se verificam os efeitos da revelia ainda que as alegações da parte autora estejam em contradição com as provas constantes dos autos.

C) os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

D) não se produzirão os efeitos da revelia se o litígio versar sobre direitos disponíveis.

E) ocorrem os efeitos da revelia quando houver pluralidade de réus e apenas um deles contestar a ação.



Gabarito

GABARITO



1. B
2. E
3. A
4. C
5. B
6. C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.